

O que fazer com o Die Linke?

Via [International Viewpoint](#)

Em 27 de fevereiro de 2021, o partido alemão Die Linke (“A Esquerda”) elegeu dois novos presidentes – Janine Wissler e Susanne Hennig-Wellsow – assim como um novo executivo.

Muitos dos novos membros desta liderança pertencem à geração mais jovem que está comprometida com a renovação do partido: torná-lo um partido socialista moderno baseado em seus filiados. Existem grandes oportunidades para o Die Linke, mas o partido também enfrenta enormes desafios.

Uma nova geração

O partido está entrando em uma nova fase. Novos presidentes trazendo uma nova lufada de ar fresco após anos de dissensão interna, foram eleitos. Esta votação foi importante. Mas não é essa a questão. O que é decisivo é algo mais: o congresso mostrou a cara de um partido novo e mais jovem. Para esta geração, as velhas tradições transmitidas pelos ativistas que cresceram politicamente nos anos 70 e 80 são menos importantes.

Esta nova geração se formou nos movimentos contra a extrema-direita (do Pegida à AfD), nas campanhas do Die Linke por moradia ou saúde e no movimento pela justiça climática. Muitos deles adquiriram experiência no trabalho sindical e alguns são jovens funcionários em tempo integral em seus sindicatos. Mas a maioria deles frequentou o ensino médio formal em vez do ensino médio vocacional, e muitos passaram para o ensino superior.

A configuração das correntes dentro do partido mudou drasticamente. A Sozialistische Linke, há muito poderosa na Alemanha ocidental, perdeu sua importância. Em particular porque vários de seus representantes mais visíveis fizeram

dela o coração da resistência contra a reestruturação do Die Linke iniciada em 2012: em direção a uma esquerda capaz de fazer campanha e organizar pessoas, um partido cujos membros podem fazer experiências e, ao mesmo tempo, estabelecer um plano de batalha sobre todas as questões sociais centrais. Na nova executiva do partido, formado por 44 pessoas, não há membros da Sozialistische Linke, enquanto 20 candidatos foram eleitos com o apoio da Bewegungslinke (“a esquerda em movimento”). Seria precipitado tomar isto como uma mudança para a esquerda, pois a gama de reformistas que, em particular, dão importância à participação do governo, também pode ser satisfeita com este congresso. Os reformistas estão bem representados na liderança e, neste sentido, esta orientação também foi consolidada no partido.

A Bewegungslinke foi formada durante a batalha sobre a reforma do partido. Através das intervenções de Katja Kipping e mais particularmente de Bernd Riexinger, esta jovem corrente apoiou e defendeu novas formas de conceber a atividade do partido. Ela se vê como uma corrente de “esquerda” ao ver a luta de classes como um motor central de desenvolvimento no qual Die Linke deve participar ativamente. Entretanto, ela pretende combinar a luta de classes com a luta contra outras formas de opressão e discriminação. É por isso que também se define como fundamentalmente feminista, anti-racista e ecológica.

O que impressiona neste congresso não são os vinte membros da liderança apoiada pela “esquerda do movimento”, mas o fato de que ficou claro até que ponto a renovação estratégica deu frutos. E esta renovação não foi sobre uma única corrente, mas envolveu a maioria dos membros – além da demarcação de correntes e outras filiações.

De qualquer forma, o Die Linke de hoje não é mais o Die Linke de 2012. A estrutura estratégica mudou. Janine Wissler reafirmou durante o congresso que “a solidariedade é indivisível”. Isto basicamente indica uma extensão do escopo de intervenção. Naturalmente, Die Linke é o partido que

defende uma renovação socialista do Estado de bem-estar e luta contra a militarização da política externa. Mas ele também quer ser o partido da resistência antifascista e anti-racista, e da justiça climática. “A solidariedade é indivisível” indica a este respeito a tentativa de forjar novas alianças dentro do movimento social capaz de implementar uma mudança fundamental na política. Significa unir aqueles que vivem na precariedade com o núcleo da classe trabalhadora, ainda não exposto a ela, e os assalariados de classe média. E também unir aqueles que estão envolvidos em diferentes movimentos sociais ou que simpatizam com eles.

O Die Linke se depara, portanto, com uma série de desafios que deve enfrentar e com oportunidades que deve agarrar.

Um projeto político unificador e uma cultura política unitária

Um grande desafio nos próximos meses e anos será relançar um projeto em torno de uma cultura política reforçando o que é comum aos membros de diferentes origens sociais e sensibilidades políticas que se organizam dentro da Die Linke. Os apelos à unidade, por mais importantes que sejam, não serão suficientes. Unificar significa abordar outras experiências, outras prioridades e outros valores para que as diferenças não sejam negligenciadas, mas tornadas frutíferas através de um trabalho político comum.

Isto funciona melhor quando toda a energia é dedicada a desenvolver boas propostas de reformas políticas, tentando juntos gerar entusiasmo em torno do Die Linke, unindo iniciativas e organizações com o objetivo de construir alianças e enfrentar adversários políticos. Uma cultura política unificadora não deve eliminar as diferenças de opinião, mas desenvolver costumes e regras que coloquem em primeiro lugar o que é comum, tornando assim possível reforçar uns aos outros. Tais vínculos e acordos são melhor forjados em torno de tarefas práticas. Ambos, no entanto, exigem curiosidade, respeito e capacidade de cumprir com as decisões

democráticas. Superar uma cultura de desconfiança e animosidade – como a que permeou Die Linke nos últimos anos – é, portanto, uma questão de sobrevivência partidária.

Demonstrar que um governo rebelde poderia impor reformas avançadas

A antiga questão de como Die Linke pode implementar suas exigências estará mais uma vez na agenda. Susanne Hennig-Wellsow, uma das duas novas presidentes, tem uma ambição agressiva de liderar um governo de coalizão com o SPD e os Verdes. A ideia de que Die Linke deve buscar um governo de esquerda na Alemanha é correta. O que será questionável, porém – e isto é tudo menos um detalhe – é exatamente o que significará quando possível e o que terá que acontecer para que Die Linke se torne “apto a governar”. Nem Susanne Hennig-Wellsow nem Katja Kipping que, nos últimos anos, de forma um pouco menos provocadora, foram na mesma direção, fizeram contribuições que proporcionaram uma abordagem mais concreta dos desafios e problemas colocados por tal estratégia, bem como dos estágios intermediários que ela implica. “Queremos, devemos, podemos” certamente soa voluntarista, mas esclarece pouco. Seria desejável que este debate fosse realizado de forma mais intensa.

Um governo de esquerda não será possível neste outono. Atualmente não há base para um “governo de solidariedade e renovação democrática”. Não há praticamente nenhum intercâmbio sério entre os partidos e as forças sociais a eles associadas. Uma coalizão para a mudança existe na melhor das hipóteses na mente de alguns ativistas e líderes, e mesmo assim, é uma coisa vaga no máximo. Mas um governo, que deve impor reformas em um contexto de confronto, não pode ser suspenso no ar. Mesmo assim, os membros céticos da Die Linke seriam bem aconselhados a não dar um simples “não” à opção do governo e a não se esconderem defensivamente atrás de linhas vermelhas. Em particular, a esquerda do Die Linke deveria desenvolver a capacidade do partido de exercer o poder em um governo

rebelde.

O pré-requisito é ser capaz de organizar (ou co-organizar) conflitos sociais e traduzi-los em reformas avançadas – através de um confronto árduo com parte da administração, a direita, a burguesia e uma parte da classe média. Então, quais são as reformas que o partido deve empreender? Será que Die Linke será forte o suficiente para resistir às tempestades que uma política de reforma ambiciosa desencadearia? Como deve ser nosso projeto político, que deve ser mais do que a soma de algumas reformas, mas deve mostrar aonde queremos que o país chegue a curto e médio prazo? Como podemos evitar que o Die Linke entre na arena como um tigre defendendo reformas reais e acabando como um tapete para os Verdes e Social-Democratas (“não podemos fazer mais, o equilíbrio de poder não está lá”)? E então: como construir nos próximos anos alianças políticas genuínas que possam realmente apoiar e impor tal modelo de desenvolvimento para uma Alemanha mais unida e democrática? E, não menos importante: como um projeto como esse nos aproxima do socialismo, como tornar o socialismo mais plausível?

Aprender a entrar em conflito, construir o poder

Um pré-requisito absoluto para este tipo de capacidade de governar é a construção do poder social – mas também do próprio poder organizador da Die Linke. Um partido de esquerda em posição de governar também deve ser capaz de lutar. Qualquer um que veja honestamente o estado do Die Linke terá que admitir que será necessário um pouco de prática para chegar a esse nível.

O poder organizacional emerge quando os ativistas querem se mover, agir com entusiasmo em seu próprio meio, continuar a se educar politicamente e também quando é possível criar postos mais dedicados em tempo integral. Poder social e poder organizacional obviamente não são a mesma coisa, mas os dois andam de mãos dadas.

Die Linke não tem poder social quando se contenta em denunciar problemas políticos e sociais da vida cotidiana e transformá-los em questões, ideias e demandas políticas que são debatidas em torno de uma mesa. Ele adquire poder social quando pessoas além de suas próprias fileiras querem defendê-lo. Quanto mais ativistas houver, melhor a educação política, mais o partido é um interlocutor atraente no terreno, mais fácil é chegar lá. Fazer do Die Linke um partido ancorado na sociedade que liga as pessoas, evolui suas ideias e pode existir durante confrontos sociais é, neste sentido, um pré-requisito para poder governar o país em um contexto de conflito. e transformá-lo.

Querer ser um partido do governo sem poder se tornar um partido de lutas certamente levará à derrota política. Assim, será importante fortalecer o Die Linke como um partido existente no terreno, que se organiza em torno de temas sociais e é visível nos parlamentos locais, a fim de apoiar iniciativas e movimentos e tornar tangíveis as alternativas em nível local: Salvando os hospitais? Uma transição verde no transporte? A construção de moradias? Os resultados das recentes eleições regionais em Baden-Württemberg e na Renânia-Palatinado mostraram que ainda há muito a ser feito nessas áreas. Resultados substanciais em algumas cidades (isto também se aplica aos resultados das eleições municipais mais recentes em Hessen) indicam que há também um potencial promissor.

Dando respostas às convulsões políticas centrais

No entanto, Die Linke terá que construir em breve este poder social e, ao mesmo tempo, dar respostas práticas a três convulsões políticas centrais.

Primeiramente, para superar os aspectos econômicos e de saúde da crise da Covid, o governo federal gastou muito dinheiro em ajuda econômica e apoio social, por exemplo, através do subsídio de trabalho de curta duração. As mudanças programáticas do SPD e da Grünen são mais interessantes. Ambos

farão promessas sociais nos próximos meses, antes das eleições do Bundestag. Do meu ponto de vista, a questão de saber se isto levará, por exemplo, a uma mudança em sua política atual permanece em aberto, mesmo que o ceticismo esteja em ordem. O teste virá após as eleições do Bundestag, pois o preço da política da crise da Covid terá que ser pago. É fácil confundir-se com previsões, mas uma política de redistribuição de cima para baixo não estará na agenda da próxima coalizão governamental, particularmente se for uma coalizão entre a CDU-CSU e os Verdes. No próximo ano, teremos que travar lutas defensivas e lutar por uma distribuição diferente da riqueza. Die Linke deve se preparar para isso, conscientizar os sindicatos e pensar em iniciativas em favor de alianças.

Em segundo lugar, a transição ecológica e social já está em andamento hoje – e vai se acelerar. Nos locais de trabalho, ela é acompanhada por uma nova onda de racionalização. O trabalho e a vida serão mudados (digitalização). Não estamos entrando em um período de estabilidade, mas de convulsões. Na indústria automobilística, tanto em grandes grupos como entre os subcontratados, tudo isso já é onipresente. Esta transição ecológica e social será moldada de cima se a esquerda social – e em particular, Die Linke – não intervir. O que precisa ser feito para que os interesses dos trabalhadores, empregados e desempregados estejam no centro das preocupações e não os das empresas e dos especuladores financeiros? Com base nas propostas formuladas – como a de uma “transição verde esquerda” por Bernd Riexinger – respostas práticas poderiam ser encontradas no âmbito de uma discussão aprofundada com conselhos de trabalho e representantes dos empregados, sindicalistas e ativistas do movimento de justiça ambiental e climática.

Aqueles que não querem que a transformação da economia e da sociedade ocorra sob a liderança de uma coalizão de partidos conservadores e dos Verdes, devem colocar em prática soluções alternativas socialistas e ecológicas. Isto implica em

propostas claras de reforma, que até certo ponto devem ser utópicas: afirmar o que é necessário e não apenas o que é concebível. Como partido, será necessário trazer preocupações sociais para o movimento pela justiça climática e ambiental e ser ativo nele; e também será necessário ouvir e fazer avançar o debate sobre as respostas de esquerda. Acreditar que temos um estoque de verdades (desde mais ou menos o keynesianismo de esquerda até a tradição revolucionária) que seria suficiente para produzir não acrescenta muito de qualquer forma.

Em terceiro lugar, a extrema direita que está radicalizando neste país não é derrotada, mesmo que a AfD não esteja em ascensão ultimamente. O perigo está em seu desenvolvimento contínuo na Alemanha Oriental, onde está em seu ponto mais fascistizante. A crise da AfD não deve nos enganar, em particular porque o veneno social que a alimentou (insegurança social, perda de confiança nos partidos tradicionais, atitudes racistas e autoritárias existentes) ainda está lá e pode ser espalhado mais em tempos de crise. O desafio continua sendo expressar a legítima raiva das pessoas que, desapontadas, voltam-se para a extrema direita, sem tirar a conclusão errada de que a maioria das pessoas frustradas são tentadas a se tornar nacionalistas radicais, porque são eleitores desapontados com a esquerda.